

## PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

**Giselle Abreu de OLIVEIRA<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

### RESUMO

O presente artigo é fruto de discussões acadêmicas realizadas na disciplina “Fundamentos de Pesquisa em Educação”, do curso de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia/MG, na linha de pesquisa “Estado, Políticas e Gestão da Educação”. Nele são abordadas questões relativas a concepções epistemológicas e metodológicas relacionadas ao campo das pesquisas em políticas educacionais. Utilizamos como ponto de partida três categorias discutidas pelos autores Tello e Almeida (2013), que compõem o campo de estudos de pesquisas em políticas educacionais: perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e perspectivas epistemometodológicas. A partir das referidas categorias, estabelecemos relações com outros autores que abordam a temática, dentre os quais estão César Tello, Celina Souza, Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Paulo Gomes Lima e Stephen J. Ball. Desta feita, temos por objetivo fomentar as discussões acerca da importância das concepções epistemológicas como norteadoras no desenvolvimento de pesquisas confiáveis e coerentes. A partir das reflexões aqui propostas, defendemos que o pesquisador precisa conhecer as possibilidades para o desenvolvimento de sua pesquisa para então poder situar-se epistemologicamente, o que permite ao trabalho adquirir maior consistência científica. Esse artigo não pretende esgotar a temática, pois reconhece sua complexidade e a necessidade de busca, constante, por aprofundamento das questões levantadas.

**Palavras-chave:** Pesquisas em Políticas Educacionais. Epistemologias. Metodologias.

### Introdução

As pesquisas em políticas educacionais vêm ganhando destaque ao se configurarem como um campo distinto de investigação que busca permanentemente consolidar-se por meio de um número expressivo de estudos, publicações, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação.

---

<sup>1</sup>Aluna do curso de Mestrado em Educação do PPGED/Universidade Federal de Uberlândia – Linha de Políticas, Estado e Gestão da Educação. Pedagoga na Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba/MG.

Ao retomar algumas pesquisas de autores que vêm se debruçando sobre a constituição das políticas públicas como campo de estudo<sup>2</sup>, dentre os quais estão César Tello, Celina Souza, Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Paulo Gomes Lima e Stephen J. Ball, percebemos que todos destacam, ainda que com termos diferentes, a necessidade de se investigar como estão sendo produzidas as pesquisas sobre políticas educacionais, em termos epistemológicos, analíticos e metodológicos. Souza (2003) observou, em um trabalho produzido em 2002, que um dos problemas das pesquisas em políticas educacionais era a escassez de acumulação de conhecimentos na área, apesar de seu constante crescimento. Tello e Almeida (2013), dez anos depois, afirmam que o campo é emergente e não tem uma quantidade suficiente de estudos produzidos, além disso, os que são desenvolvidos não estão sistematizados. Vemos, portanto, que as produções na área, apesar do crescimento, ainda são consideradas insuficientes.

Dentre outros problemas levantados, autores como Ball e Mainardes (2011) apontam a necessidade de contar com referenciais analíticos mais consistentes, considerando a dificuldade que pesquisadores desse campo de estudo apresentam, em muitos casos, para se posicionar epistemologicamente (TELLO; ALMEIDA, 2013), assim como Triviños (1987) critica a predominância de certo “ecletismo” praticado frequentemente na pesquisa científica, associando essa, objetivamente, àquilo que denomina de fraqueza intelectual. As evidências desse ecletismo podem ser identificadas ao constatar no trabalho científico uma “mistura” de correntes de pensamento e citações avulsas que, nas palavras de Tello e Almeida (2013) poderiam descaracterizar, de alguma forma, a explicitação de questões epistemológicas do pesquisador, o que, no entendimento do próprio Triviños (1987), poderia demonstrar, em essência, falta de disciplina intelectual por parte do pesquisador.

Apesar dessas observações de Triviños (1987) terem sido escritas na década de 1980, as quais poderiam ser resultantes de uma formação acadêmica unilateral recebida pelos pesquisadores, o que poderia impedi-los de construir uma visão ampliada acerca da função da epistemologia na pesquisa e das possibilidades criativas para o desenvolvimento das pesquisas, ainda hoje encontramos fatores diversos que influenciam a qualidade dos trabalhos produzidos na esfera das políticas educacionais.

Um desses fatores é caracterizado pelo produtivismo imposto por agências de fomento à pesquisa – que obriga muitos investigadores a trocarem qualidade por quantidade – além do tempo curto destinado às pesquisas em nível de pós-graduação – especialmente no mestrado,

---

<sup>2</sup>Tello e Almeida (2013) definem a categoria “campo de estudo” como sendo um espaço teórico com uma finalidade teórica de análise.

onde o prazo é de dois anos – e do fato dos pesquisadores serem cada vez mais jovens. Programas de iniciação científica e bolsas de incentivo à pesquisa têm permitido que muitos alunos terminem o curso de graduação e já ingressem em um mestrado, sendo que, em muitos casos, esses alunos ainda não tiveram tempo de amadurecer suas concepções epistemológicas, analíticas e metodológicas de pesquisa.

Não pretendemos com isso afirmar que os jovens pesquisadores não deveriam ou não têm condições de realizar bons trabalhos, mas apenas que, devido a um suposto menor tempo de leitura e de vivência, podem precisar de maior dedicação para compreender questões complexas em um tempo relativamente curto.

Desta feita, este artigo se propõe a fazer algumas discussões acerca dos elementos que compõe as pesquisas em políticas educacionais, a fim de situar, ainda que brevemente, a importância de questões epistemológicas<sup>3</sup> que influenciam a consistência e a confiabilidade das pesquisas.

A fim de fazermos nossa análise, optamos por referenciar a contribuição de Tello e Almeida (2013), para quem o campo de estudo das políticas educacionais é formado por três categorias: perspectiva epistemológica, posição epistemológica e perspectivas epistemometodológicas.

Por perspectiva epistemológica entende-se, objetivamente, as “teorias gerais” e a “cosmovisão”<sup>4</sup> assumida pelo pesquisador, que lhe dão as diretrizes para desvelar o objeto de estudo. São exemplos de perspectivas epistemológicas o marxismo (materialismo dialético, materialismo histórico e economia política), o estruturalismo, o positivismo, a fenomenologia, dentre outros.

O posicionamento epistemológico consiste nas concepções políticas e ideológicas do pesquisador, que influenciam sua visão de mundo, ser humano, sociedade e ciência, podendo se dar por meio de um posicionamento liberal, neoliberal, crítico, crítico-analítico, crítico-radical, humanista, economicista, eclético, liberal, funcionalista, pós-moderno, dentre outros.

Por fim, as perspectivas epistemometodológicas referem-se às metodologias utilizadas na pesquisa, sendo que Tello e Almeida (2013) preferem utilizar o novo termo ao invés de simplesmente “metodológicas” para evidenciar que o enfoque metodológico não é neutro, estando intimamente ligado à perspectiva e ao posicionamento epistemológico, que lhe dão suporte.

---

<sup>3</sup>A palavra epistemologia vem do grego *episteme* (ciência ou conhecimento) + *logos* (teoria ou estudo de).

<sup>4</sup>“Conjunto de presuposiciones (o premissas) que sostenemos acerca de la constitución básica de nuestro mundo” (SIRE, 2004, p.17 apud TELLO; ALMEIDA, 2013).

Tendo essas categorias como ponto de partida, passamos a abordar aspectos que podem trazer alguma contribuição para os investigadores de políticas educacionais.

## 1. Perspectivas Epistemológicas

As ciências sociais – que têm por objeto a vida social dos indivíduos e dos grupos humanos – tiveram emergência no século XIX quando as premissas positivistas começaram a ser consideradas insuficientes para responder aos questionamentos relacionados à sociedade. A racionalidade que imperava nas formas de enxergar e fazer pesquisa apoiava-se basicamente na matemática moderna, considerando que somente aquilo que pudesse ser quantificado poderia ser científico.

Assim, segundo Santos (1987) duas vertentes ganharam espaço, uma de caráter positivista, que considerava que as ciências sociais deveriam ser estudadas da mesma forma que se fazia com as ciências naturais, quantificando, reduzindo a complexidade e considerando a previsibilidade dos fenômenos – onde o passado se repete no presente e no futuro – e outra oposta, de caráter antipositivista, considerando que as ciências sociais deveriam ter um estatuto metodológico próprio, tendo em vista suas peculiaridades<sup>5</sup>. O argumento principal dessa vertente era:

A ação humana é radicalmente subjetiva. O comportamento humano, ao contrário dos fenômenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis, uma vez que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de ação muito diferentes. A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem as suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos invés de quantitativos, com vista a obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético. (SANTOS, 1987)

Diante do exposto, queremos abordar um pouco mais do que seria uma perspectiva epistemológica positivista, para compreendermos melhor o porquê de se propor que as ciências sociais – nas quais os estudos em políticas educacionais estão situados – tenham características metodológicas próprias que difiram das que têm as ciências naturais<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Dentre os que se situavam nessas duas vertentes podemos citar Durkheim para a primeira e Weber e Winch para a segunda.

<sup>6</sup> Santos (1987) aborda o que chamou de crise do paradigma dominante, que seria, dentre outras questões, a superação da dicotomia ciências naturais – ciências sociais.

O positivismo – terceiro estado do pensar humano, depois do teológico e do metafísico, segundo Comte, seu fundador – é uma tendência dentro do idealismo<sup>7</sup> filosófico, para o qual as ideias precedem a matéria, buscando responder a uma das questões mais importantes para a filosofia.

Na concepção idealista, tudo se constrói a partir da consciência dos sujeitos, de suas vivências, sensações e ideias, ficando a matéria em segundo plano. Seguindo essa linha de pensamento, as pesquisas de cunho positivista não se preocupam em conhecer as causas dos fenômenos, mas apenas em explicá-los e descobrir a relação entre eles, por meio de metodologias de verificação/experimentação e análises de dados, predominantemente quantitativas.

São também características do positivismo a percepção da sociedade como sendo regida por leis que independem da vontade e da ação humana, a compreensão dos fenômenos sociais por meio dos mesmos métodos utilizados para as ciências naturais e a neutralidade atribuída ao pesquisador. Para os positivistas o pesquisador não tem responsabilidade em relação àquilo que sua pesquisa produzirá, devendo inexistir julgamentos, valores e ideologias. Ele deveria ser o que Tello e Almeida (2013) chamaram de “cabeça vazia”, ou seja, um investigador que se considere uma tábua rasa ao iniciar sua pesquisa.

Embora haja outras tendências dentro do idealismo filosófico, ficaremos apenas com as breves considerações sobre o positivismo em virtude da impossibilidade de estender este artigo.

Passamos então a outra resposta dada à questão da relação entre matéria e espírito/ideia: o materialismo filosófico<sup>8</sup> que, ao contrário dos idealistas, considera que a matéria precede o espírito e, portanto, a ciência é fruto da produção material do homem. São cinco as fases do materialismo filosófico: materialismo ingênuo, materialismo espontâneo, materialismo mecanicista, materialismo vulgar e materialismo dialético<sup>9</sup>, cujos principais representantes são Marx e Engels.

Abrimos um parêntese para explicitar algumas considerações referentes ao marxismo, considerando-o como

o termo que designa tanto o pensamento de Karl Marx e de seu principal colaborador Friedrich Engels, como também as diferentes correntes que se desenvolveram a partir do pensamento de Marx, levando a se distinguir, por

<sup>7</sup> Segundo Gramsci (1978), o conceito de ideologia ganha importância no século XVIII, significando “ciência das ideias”.

<sup>8</sup> Nesta perspectiva podemos citar Bacon e Hobbes.

<sup>9</sup> Juntamente com o Materialismo Dialético, o Materialismo Histórico e a Economia Política compõem o Marxismo, que teve como fonte direta o idealismo alemão.

vezes, entre o marxismo (relativo a esses desenvolvimentos) e o pensamento marxiano (do próprio Marx). A obra de Marx estende-se em múltiplas direções, incluindo não só a filosofia, como a economia, a ciência política, a história etc.; e sua imensa influência se encontra em todas essas áreas. O marxismo é, por vezes, também conhecido como materialismo histórico, materialismo dialético e socialismo científico (termo empregado por Engels). O pensamento filosófico de Marx desenvolve-se a partir de uma crítica da filosofia hegeliana e da tradição racionalista. Considera que essa tradição, por manter suas análises no plano das idéias, do espírito, da consciência humana, não chegava a ser suficientemente crítica por não atingir a verdadeira origem dessas idéias — a qual estaria na base material da sociedade, na sua estrutura econômica e nas relações de produção que esta mantém. Isto equivaleria, segundo Marx, a "colocar o homem de Hegel de cabeça para baixo". Seria, portanto, necessário analisar o capitalismo — modo de produção da sociedade contemporânea para Marx — a fim de revelar sua natureza de dominação e exploração do proletariado, e desmascará-la. O pensamento de Marx, entretanto, não se restringe a uma análise teórica, mas busca formular os princípios de uma prática política voltada para a revolução que destruiria a sociedade capitalista para construir o socialismo, a sociedade sem classes, chegando ao fim do Estado. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 130)

Os materialismos ingênuo, espontâneo, mecanicista e vulgar não puderam evoluir, por se apoiarem em raízes metafísicas, ao contrário do materialismo dialético, que vem evoluindo à medida que se desenvolve o pensamento científico. Para resumi-lo utilizamos a contribuição de Triviños (1987):

Podemos dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. (TRIVIÑOS, 1987)

Gramsci (1978), importante filósofo do pensamento dialético materialista, sinalizou para algo que consideramos uma diferença importante entre esse pensamento e a concepção positivista, já que, para esta, a ciência encontra princípios e leis que não se alteram:

Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para felicidade da ciência. Mas, se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução. (GRAMSCI, 1978)

Assim, a verdade científica passa a ser relativa e pode ser mudada quando submetida à dialética<sup>10</sup>, formando novas verdades também relativas.

Outra questão central do materialismo dialético é que a pesquisa deve ser crítica e capaz de transformar a realidade. “Para Marx o conhecimento crítico implica a instituição da prática, capaz de alterar e transformar a realidade vigente no âmbito do conhecimento e

<sup>10</sup> A lei da dialética segue a trilogia tese-antítese-síntese (LIMA, 2010).



histórico-social” (CAETANO; PASSOS, 2012). Contrariando o que pretende o positivismo, a pesquisa não teria apenas a função de descobrir como os fenômenos ocorrem para quantificá-los, torná-los previsíveis por meio de leis e garantir certa neutralidade.

Esse é um ponto importante a ser considerado pelo pesquisador de políticas educacionais, pois sua perspectiva epistemológica refere-se também ao seu próprio papel enquanto pesquisador, bem como à postura que deve adotar diante do conhecimento que está sendo produzido.

Concordamos com Tello (2012) quando defende que a pesquisa não é neutra e que o pesquisador precisa observar a forma como constrói seu trabalho, desde a coleta dos dados até a divulgação dos resultados, pois ainda que involuntariamente, acaba havendo identificação com alguma perspectiva epistemológica.

Al no hacer explícito su posicionamiento, las investigaciones que hemos relevado (...) connotan un desarrollo y producción de conocimiento en política educativa desde una posición y perspectiva pseudo-neutral o positivista (...), esto es: llevar a cabo una investigación desde la posibilidad inexistente de la neutralidad y objetividad valorativa (...) La ausencia de posicionamientos explícitos en la investigación en política educativa atenta contra la solidez y coherencia del proceso de investigación. (TELLO, 2012)

Tal pensamento contraria os que acreditam que a ciência estuda os fatos apenas para conhecê-los, de modo desinteressado.

## 2. Posicionamento Epistemológico

Posicionar-se epistemologicamente tem a ver com a neutralidade ou pseudoneutralidade – como usa Tello (2012) – que possui ou pretende possuir o pesquisador. Os autores Gewirtz e Cribb (2011) tratam, sob a perspectiva dos valores<sup>11</sup>, dessa neutralidade, citando que, embora creiam que o pesquisador deva tomar todo cuidado para que seus valores não moldem a maneira como a pesquisa será realizada e a forma de coletar e analisar os dados, não crêem que lhe seja possível, enquanto produtor de conhecimento, distinguir-se do cidadão interessado na maneira como o conhecimento será utilizado. “Eles (pesquisadores) fazem parte do mundo que estão pesquisando, e o trabalho de pesquisa está inevitavelmente ligado a inúmeras escolhas éticas e políticas” (GEWIRTZ; CRIBB, 2011).

Essa afirmação não quer dizer que o pesquisador deva posicione-se e deixar que seu posicionamento manipule a pesquisa. O posicionamento epistemológico serve para nortear as interpretações e adjetivar a perspectiva epistemológica (TELLO; ALMEIDA, 2013), mas

<sup>11</sup> Envolvem julgamentos éticos, crenças, intenções e visões de mundo.

nunca para forçá-las a um fim desejado. Claro que, de acordo com seu posicionamento (neoliberal, pós-moderno, economista, crítico-analítico, humanista, funcionalista, etc) o pesquisador pretende contribuir para a transformação ou manutenção do *status quo* da sociedade, por isso, mais importante que tentar manter-se neutro – pois como foi dito, isso é praticamente impossível – é ser ético e explicitar, tanto quanto possível, os valores sociais, políticos e ideológicos que fundamentam a pesquisa. É importante ainda que o pesquisador esteja seguro de suas escolhas e possa defendê-las perante aqueles que discordem de seu posicionamento, devendo, inclusive, assumir responsabilidades pelas implicações da pesquisa.

O pesquisador em políticas educacionais precisa refletir sobre essas questões, analisando as contribuições que seu trabalho pode trazer na construção e avaliação das políticas, sabendo que, embora a pesquisa não possa fazer previsões e prescrições, ela aponta sempre para alguma possibilidade.

A pesquisa educacional como diálogo deve muito mais do que produzir conhecimento científico pelo conhecimento científico acerca da educação, deve preocupar-se também e principalmente, dentro de seu agir comunicativo, em desbravar caminhos que possibilitem benefícios à comunidade científica, à sociedade e mui especialmente à educação. (LIMA, 2010)

É preciso refletir acerca dos impactos da pesquisa no contexto em que se insere, lembrando que sempre há lutas políticas e ideológicas em campo.

### **3. Perspectivas Epistemológicas**

É importante compreendermos que a escolha das metodologias a serem empregadas na pesquisa está diretamente relacionada às concepções epistemológicas do pesquisador, não sendo escolhas meramente técnicas. Na verdade, um dos grandes desafios das pesquisas em políticas educativas é justamente manter a coerência entre a perspectiva e o posicionamento epistemológico e as metodologias de pesquisa.

Acreditamos que discutir metodologias não deve implicar na busca de receitas a serem seguidas pelos pesquisadores, mas em um processo de alargamento das possibilidades e necessidades do campo investigativo, considerando que:

O investigador em educação deve ser um estudioso constante e cauteloso, sabendo que a pesquisa não se faz ou se pensa simplesmente pelo emprego desta ou daquela metodologia ou técnicas específicas, mas através da formação epistemológica do investigador (e esta ao longo de sua vida), que tem um peso substancial no processo da investigação científica. (LIMA, 2010)



Com o objetivo de fomentar as discussões acerca das metodologias utilizadas nas pesquisas em políticas educacionais, fazemos algumas reflexões que podem ser relevantes, independentemente da opção do investigador em realizar uma pesquisa qualitativa, quantitativa, com estudo de caso ou outra possibilidade.

Ball (2011) traz importantes contribuições quando sinaliza algumas tendências dos estudos na área de políticas da educação. Ele observa que muitos pesquisadores têm analisado políticas isolando-as, deixando de fazer relações importantes com outras políticas e outros contextos. Assim, acreditamos que a metodologia utilizada na pesquisa em políticas educacionais precisa considerar esta questão, buscando estabelecer relações entre o objeto de estudo e o contexto em que está inserido, a fim de que o conhecimento produzido possa condizer com a realidade e contribuir de alguma forma para a sua transformação, caso este o propósito do investigador. Sem observar esses fatores, o pesquisador corre o risco de, ainda que bem intencionado, investir seus esforços em realizar pesquisas, às vezes com metodologias trabalhosas e complexas, que não produzem conhecimentos válidos para a sociedade e a academia.

Pode-se fazer, por exemplo, um estudo de caso em uma sala de aula, que será extremamente válido na medida em que estabelecer relações com as políticas educacionais em um nível mais amplo, por meio do embasamento epistemológico que fornecerá as bases para interpretação e análise das fontes utilizadas. Na verdade, se considerarmos as concepções positivista e materialista dialética, verificaremos que para a primeira a questão do contexto é limitada e artificial (TRIVIÑOS, 1987), enquanto para a segunda não se pode conhecer um objeto sem levarmos em consideração suas relações estruturais.

Outros pontos levantados por Ball (2011) dizem respeito ao tempo e ao espaço em que se situam as pesquisas. As políticas educacionais têm um tempo de formulação, um tempo de implementação e um tempo para que seus efeitos possam ser percebidos e analisados, assim, o pesquisador precisa reconhecer e respeitar esses tempos antes de se precipitar em conclusões e prescrições, lembrando que seu trabalho pode contribuir no momento presente, mas em relação ao futuro a ciência, em uma perspectiva materialista dialética, não faz previsões. A ciência “reduz o que o homem não conhece a um empírico “não conhecimento” que não exclui a cognoscibilidade, mas a condiciona ao desenvolvimento dos instrumentos físicos e ao desenvolvimento da inteligência histórica dos cientistas individuais” (GRAMSCI, 1987).

A definição do espaço também possui papel relevante para a cientificidade das pesquisas, já que, o objeto de estudo está situado em um local que precisa ser descrito e

conhecido a fim de que se possa diferenciar esse objeto de outros, como, por exemplo, uma sala de aula de outra.

Essa necessidade é mais facilmente sentida nos estudos descritivos, como os estudos de caso, por exemplo. Triviños (1987), nesse sentido, afirma que, embora após a descrição do espaço e do contexto em que se insere o objeto os resultados da pesquisa fiquem restritos a uma realidade específica, podem-se criar, a partir deles, hipóteses para o encaminhamento de outros estudos.

No livro “Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais”, Triviños (1987) se ocupou em detalhar diversas questões relacionadas às metodologias de pesquisa, contemplando as pesquisas qualitativas, estudos de caso, coleta e análise de dados, dentre outros. Abordar estas dimensões não faz parte do objetivo deste artigo, já que o mesmo se propõe a fazer considerações breves que sirvam para abrir um diálogo acerca das possibilidades de construção das pesquisas em políticas educacionais.

### **Considerações Finais**

Consideramos ser de suma importância que o pesquisador de políticas educacionais aprofunde nas questões apresentadas por esse artigo, sabendo que a coerência e a cientificidade das pesquisas dependem, dentre outros fatores, da articulação coerente entre perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e perspectivas epistemológicas (ou metodológicas).

A articulação sugerida não poderá acontecer sem que o investigador procure conhecer quais as possibilidades para o desenvolvimento de sua pesquisa, atentando para os pontos que foram aqui abordados, a saber, a impossibilidade de neutralidade, a responsabilidade para com os resultados da pesquisa e a preocupação em situar o objeto de estudo no tempo e no espaço, considerando ainda as relações que ele estabelece.

Talvez, um dos pontos mais importantes seja a impossibilidade de neutralidade, pois é justamente por crer que a pesquisa nunca é neutra que o pesquisador procura conhecer as epistemologias que podem norteá-lo e explicitá-las em seu trabalho, a fim de evitar que, com o intuito de manter-se neutro, acabe tomando perspectivas às vezes antagônicas e que não representem, de fato, suas concepções de mundo, de sociedade e de ciência.

Assim, pretendemos avançar pensando na importância de estudos voltados para as questões epistemológicas das pesquisas em políticas educacionais, com o objetivo de fortalecer o campo de investigação e fornecer subsídios para a reflexão de pesquisadores da área.

## Referências

- BALL, Stephen J. Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAETANO, Edson; PASSOS, Luiz Augusto. Modernidade e o (Des) Conhecimento do Mundo: Marx e Merleau-Ponty. In: **Educação e Pesquisa no Centro-Oeste: políticas públicas e desafios na formação humana**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.
- GEWIRTZ, Sharon; CRIBB, Alan. O que fazer a respeito de valores na pesquisa social: o caso da reflexividade ética na sociologia da educação. In: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LIMA, Paulo Gomes. Ciência e Epistemologia: reflexões necessárias à pesquisa educacional. **Quaestio**, Sorocaba, v.12, p. 109-138, nov. 2010
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 7.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.
- SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, fev. 2003.
- TELLO, César G. Las epistemologías de La política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, v.7,n.1, p.53-68, jan./jun. 2012.
- TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Estudos Epistemológicos no Campo da Pesquisa em Política Educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.